

Por que não acabar com o MEC?

JORNAL DO BRASIL

João Batista
Araújo e Oliveira *

Na agenda do governo esteve a transferência do ensino superior para o âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Por que não se aproveita o ensejo para acabar de vez com o MEC, em vez de esquentá-lo, e transformar o espólio em uma Secretaria de Educação? Eis uma proposta que o secretário da Reforma Administrativa e o Ministério da Economia deveriam examinar. A idéia poderia interessar aos novos governadores. E talvez pudesse fazer bem à educação. Examinemos de perto.

O problema central da educação, no Brasil, é o da escola primária, ou seja, o ensino básico. Enquanto este problema não for equacionado, os demais níveis de ensino continuarão a ficar profundamente afetados. O setor produtivo não dispõe nem de mão-de-obra habilitada para enfrentar os desafios tecnológicos do século que entra, nem de uma massa de consumidores sofisticados o suficiente para cobrar qualidade e assegurar competitividade nos mercados internacionais. Ou seja, a não se equacionar logo a questão do ensino básico, continuaremos a caminhar, cada vez mais depressa, rumo ao subdesenvolvimento, mesmo que os pacotes econômicos venham a dar certo. O caso dos países produtores de petróleo ilustra que riqueza por si só não gera nem educação nem competência industrial.

Neste primeiro ano de governo, o

MEC não demonstrou nenhum interesse, compromisso ou competência para enfrentar a questão da educação básica. A primeira reforma administrativa, no âmbito do MEC, foi eivada de amadorismo (vide a quase extinção da Capes), implementada sem convicção e desimplementada pelos órgãos competentes. A anunciada transferência das universidades para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que ora se cogita, pode até ser uma boa idéia. Se junto dela não vier a revolução educacional a que Collor se referiu no seu discurso de posse, será apenas mais um capítulo desta história de quadrinhos e organogramas. Mas, pelo menos, pode abrir a porta para uma solução radical: acabar de vez com o MEC. Quem sabe se isso não seria o início de uma era promissora para a educação básica? Analisemos algumas evidências que comprovam a viabilidade da idéia.

Primeiro: é possível a um país ter um bom sistema educacional sem que precise de um ministério central. Os casos mais bem conhecidos são os da Suíça, Canadá e Estados Unidos. Na Alemanha, no dia mesmo em que acabou a 2ª Guerra, as escolas recomeceram a funcionar nos poucos edifícios que ainda sobraram — e independentemente de qualquer portaria ou parecer de um ministério nacional de educação, cujas funções pouco interferem na autonomia dos estados. Nos Estados Unidos o Ministério da Educação foi recriado há poucos anos, e sua atuação é praticamente limitada à correção de desigualdades e ao incentivo às inovações. Em todos esses países, no entanto, os governos investem mais de 6% do PIB

em educação, ciência e tecnologia. A lição importante é que não é preciso um MEC para a educação funcionar.

Segundo: o que faz o MEC pela educação básica no Brasil? De bom, nada, ou quase nada. Nesse aspecto, aliás, o presente governo não inovou. De mal, faz bastante — e, neste governo, está pior do que nos anteriores. Recolhe os recursos do salário-educação, repassando os 2/3 dos estados corroídos pela inflação e distribuindo o 1/3 restante por critérios arbitrários; não corrige distorções regionais e, ao contrário, reforça a politicagem e o clientelismo. Isso também sempre foi assim, não é invenção do governo atual. Sua contribuição para o programa de desregulamentação é negativa, pois, em vez de liberar, interfere na iniciativa privada. Possui uma legislação educacional que, se fossem emendadas todas as suas páginas, daria para construir uma estrada do Oiapoque ao Chui. O desatino legiferante é tão grande que obriga a presença obrigatória em cursos por correspondência. Dai por que algumas universidades oferecem cursos para formar especialistas em legislação escolar — uma profissão impensável. Descumpra a Constituição, não destinando à educação básica o que aí é determinado — usando inúmeros subterfúgios que só enganam a quem não quer ver. Quem tiver dúvidas pergunte ao senador Calmon.

Além de fazer mal o que não deveria fazer, o MEC não faz nada do que seria de se esperar de seu mandato constitucional. Não possui um sistema de informações confiáveis; não possui um sistema de avaliação e controle de qualidade

das escolas; não possui um mecanismo de pesquisa e desenvolvimento atuante, nem relevante. Em consequência, não possui um sistema de defesa do contribuinte e do consumidor, nem mecanismos eficazes de incentivo à qualidade e à inovação. Não possui competência técnica para ajudar as secretarias de educação que porventura dela necessitassem. Não elabora uma proposta para a questão do magistério, nem foi capaz de liderar as universidades que comanda para equacionar a questão da formação de professores. Distribui mal que mal a merenda escolar — não se sabe quem come mais: se faltasse apetite político, a merenda já estaria descentralizada. Os livros didáticos não chegam às escolas, que são obrigadas a trabalhar mais dias com menos recursos. Ou seja, o MEC não tem nada para oferecer, não ajudou o presidente a formular uma proposta para a questão do ensino básico, desvirtua o uso de recursos provenientes dos estados e ainda custa caro ao contribuinte.

Terceiro: reformas administrativas que não entram no mérito do funcionamento e da lógica das atividades-fim são apenas uma brincadeira de organograma. É filme antigo, do tipo pastelão, sem *happy end*. Não será mudando caixinhas de lugar, ou de dono, que o Brasil vai entrar de pé no século XXI. Goldemberg vai colocar anel de bacharel no dedo enquanto o país anda descalço.

Aproveitando a idéia de transferir o ensino superior para a área de Ciência e Tecnologia, o secretário João Santana deveria examinar seriamente a idéia de acabar de vez com o MEC. Bastaria o

Congresso Nacional estabelecer um mecanismo mínimo de estruturação escolar (duração e currículo mínimo) e as regras de financiamento. Os recursos poderiam ficar diretamente nos próprios estados, evitando o passeio por Brasília e a sua conseqüente erosão, causada pela inflação e pela politicagem. Se a Constituição for para valer, caberia ainda aos nossos representantes estabelecer mecanismos financeiros compensatórios para os estados e municípios. Ou seja, bastaria só uma lei, com poucos artigos, e uma tablista com regras de alocação de recursos.

Os novos governadores e prefeitos poderiam ver esta proposta com muito bons olhos. Dispondo de maior controle sobre seus recursos, os governadores porventura interessados na questão educacional ficariam mais livres para agir. Poderiam estabelecer convênios tipo ICMS com os outros estados — dentro do espírito constitucional que anima a Federação — para o reconhecimento mútuo de diplomas e certificados de escolaridade. Os estados e municípios que nunca se interessaram pela educação continuariam fazendo o que sempre deixaram de fazer — a extinção do MEC não mudaria em nada. Poderiam continuar a nomear e demitir professores, merendeiras e serventes, construir escolas em beira de estrada só para chamar atenção e locupletar as secretarias com professores requisitados. Tudo isso sem precisar passar o chapéu em Brasília.

A anunciada reforma administrativa e a posse dos novos governadores ensejam uma revisão profunda da política educacional. Neste momento, Collor dispõe de três alternativas.

A primeira é continuar na linha atual, promover mais uma mudança de organograma e faturar, por antecipação, o título da pior gestão da área educacional. Título difícil de conquistar, mas que, da maneira como a pasta da educação vem se comportando até aqui, está se tornando difícil de perder. Com isso, o governo federal demonstraria aos novos governadores a total falta de prioridade que atribui à questão educacional. Sutileza de elefante, num país cujo presidente entende tanto de símbolos e mensagens.

A segunda opção consistiria em tirar ao presidente a chance de passar para a história como alguém que tentou uma solução radical, como a proposta no presente artigo. Afinal de contas, há muitas medidas radicais do presente governo que estão dando certo. Se esta medida não fizer bem, dificilmente fará mal, e certamente será mais econômica. Bem arquitetada e gerenciada, uma legislação educacional adequada para um país federativo pode dar novo alento aos estados e municípios. O desafio para o governo federal está em armar a equação, não necessariamente em manter viva uma burocracia. Modelos não faltam — como não faria falta o MEC.

Resta a terceira opção, que seria a de começar a levar a educação a sério. É desta que o Brasil precisa. Para isso nem precisa de gênio. Basta vontade política, persistência e um mínimo de competência. Afinal, foi isso que Collor prometeu há quase um ano. No seu discurso de posse

* Economista, técnico da OIT em Genebra, Suíça.